

Logo na nossa primeira conversa, Valquíria se emocionou ao pronunciar a palavra “solidão”. A dedicação integral à militância pelos direitos humanos teve conseqüências graves em sua vida privada: há anos ela sofre ameaças de morte, que já forçaram três exílios no exterior em plena virada de século; por medidas de segurança, ainda hoje ela não pode revelar seu endereço a ninguém, nem guardar fotos de seus familiares em casa. Nos primeiros minutos de sua primeira entrevista, Maria também levou as mãos à cabeça e chorou; relatava as circunstâncias em que seu filho mais velho fora assassinado, há cinco anos. O mais novo também foi morto, o do meio está preso. Marcela não chorou, olhou nos meus olhos o tempo todo e contou seu percurso em tom firme: crack, prisão, favela, internações, prostituição; eu a escutei muito atentamente, fiz perguntas, fui para casa e, ouvindo seu depoimento no gravador, foi minha vez de chorar.

Meu encontro com as histórias destas três mulheres de Sapopemba², apresentadas a seguir, estruturam a forma como as relações entre política e violência são pensadas neste artigo. Dois anos depois de ter me deparado com estas histórias, e tendo encontrado várias outras vezes estas personagens, a intensidade emocional de nossas conversas arrefeceu, cedendo lugar às inquietações mais propriamente analíticas. Este percurso (do impacto pessoal e político à tentativa de compreender) tem sido recorrente nas etnografias que fiz nos últimos anos. Este caminho faz notar que a reflexão tem sido disparada não pelo “objeto” de pesquisa, mas pelas características, sempre singulares, de cada encontro de pesquisa. O texto que começa é uma tentativa a mais de traduzir uma experiência de pesquisa em considerações mais amplas sobre as dinâmicas sociais e políticas nas periferias de São Paulo³.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp. Obs: os nomes dos personagens do artigo são fictícios.

² Sapopemba é um dos 96 distritos do município de São Paulo, com uma população estimada para 2006 de exatamente 300 mil habitantes [estimativa com base no último censo]. A área do distrito é completamente urbanizada, situada na “periferia consolidada” de São Paulo, zona leste, com taxa de crescimento anual pequena [o centro vem se esvaziando lentamente, e a periferia mais longínqua continua a crescer a taxas elevadíssimas por ano]. Em 2000, havia 37 favelas em Sapopemba e metade dos domicílios do distrito eram chefiados por pessoas com renda inferior a três salários mínimos; neste momento, o desemprego ultrapassava 20% da população economicamente ativa. O desemprego médio na Região Metropolitana de São Paulo subiu de 7 para 18% nas últimas duas décadas. A vulnerabilidade da população jovem é, a despeito da situação intermediária do distrito, das mais elevadas da capital paulistana.

³ A pesquisa de campo em Sapopemba, feita para meu doutorado entre abril de 2005 e setembro de 2006, foi realizada a partir de permanências freqüentes, nas quais conheci inúmeras histórias de indivíduos, famílias e organizações locais. Para além da observação cotidiana, registrada em diários, foram realizadas diversas entrevistas em profundidade, transcritas integralmente e devolvidas aos autores, prosseguindo a reflexão sobre seus percursos, por vezes continuando as entrevistas posteriormente. Foram também coletados documentos formais (papéis oficiais, relatórios, atas de organizações, etc.) e informais (fotografias e cartas, especialmente). Notícias de jornais locais e de grande circulação e pesquisa em sites de busca na internet complementaram o material empírico utilizado.

Minha pesquisa em Sapopemba começou com um telefonema para a Valquíria, no começo de 2005. Eu a havia conhecido cinco anos antes, lembrava-me de suas palavras combativas, e nos anos seguintes havia lido algumas coisas sobre sua trajetória no jornal das manhãs. Apresentei-me de um jeito formal (ela não se lembraria de mim) e as solicitações de praxe foram bem acolhidas: Valquíria se dispôs a ajudar minha pesquisa de campo e isso era, sem dúvida, um passo decisivo para viabilizá-la. Mesmo tendo nascido e vivido a maior parte da minha vida em São Paulo, eu praticamente não conhecia Sapopemba. Ter bons intermediários locais era, então, imprescindível para a investigação.

Quinze dias depois fizemos uma primeira reunião, em que expus com mais detalhe meu projeto de pesquisa, e consegui as primeiras indicações de por onde começar o trabalho⁴. A construção do objeto a etnografar se deu, então, num recorte em objeto empírico muito mais complexo – examino apenas as relações privadas, sociais e públicas de algumas famílias e organizações num espaço específico do distrito – e uma extrapolação dele, na medida em que parto deste recorte para pensar a política, que se constrói também em dimensões fundadas para além dos limites desta pesquisa empírica, ou do território estudado.

Neste texto este experimento de análise é ainda mais radical, na medida em que o recorte empírico é ainda mais preciso: trata-se aqui de cruzar as histórias de Valquíria, Maria e Marcela, e verificar o que é que estas narrativas da periferia dizem sobre a política, no cenário brasileiro contemporâneo. A aposta me parece especialmente relevante agora, quando as figurações dominantes da periferia urbana (e de seus habitantes) no senso comum são mais e mais centradas num estereótipo que combina homogeneidade, incivilidade e violência, ou seja, no avesso da política. Os percursos estudados aqui me parecem, em contrapartida, revelar tanto a heterogeneidade profunda destas regiões, quanto os sentidos especificamente políticos da violência que as atinge.

O artigo está organizado em três partes, que encaminham seus dois argumentos centrais. Na primeira parte justifico a escolha das categorias de análise, e retomo rapidamente as relações entre política e violência que contextualizam minha argumentação. Na segunda, descrevo e discuto os tipos distintos de violência que atingem Marcela, Maria e Valquíria em suas trajetórias pessoais. Na terceira parte apresento os vínculos, radicalmente distintos, destas três trajetórias com o mundo político estabelecido, e relaciono esta distinção às suas experiências com a violência. Nas considerações finais, ainda preliminares, argumento que a violência nas periferias é heterogênea,

⁴ Graças a esta intermediação, conheci a princípio famílias da rede de relações do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “Mônica Paião Trevisan” (CEDECA Sapopemba) e do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba. Por isso, dentro do distrito, centrei o trabalho de campo basicamente nos bairros Parque Santa Madalena, Jardim Elba e Jardim Planalto, onde estas organizações são mais presentes.

seletiva e classificatória, e que por seguir os códigos de hierarquização social e política, reforça suas estruturas de produção de desigualdade. Ao mesmo tempo, verifica-se como as distintas modalidades de violência nestas trajetórias são igualmente contrárias à possibilidade da pluralidade da cena política mais ampla, requisito fundamental da política democrática.

POLÍTICA E VIOLÊNCIA NAS PERIFERIAS: o caminho do debate

Política e violência são as categorias centrais da análise esboçada aqui por razões distintas. A violência se impôs como tema durante a pesquisa de campo, por atravessar as narrativas de vida destas mulheres de modo explícito, por transbordar de seus depoimentos e os constituir como uma categoria central; a política foi, desde o início da pesquisa, imposta por mim, que há alguns anos tenho me dedicado a pensá-la na periferia de São Paulo⁵. Em suma, eu realizava uma pesquisa etnográfica centrada nas formas como a política aparece (e pode ser pensada) nas periferias, e a violência se interpôs como uma categoria da qual eu não poderia escapar para pensá-la.

Não foi por acaso que estas categorias se encontraram, evidentemente: política e violência são temas estreitamente relacionados não apenas nas periferias urbanas, mas de modos distintos em toda a história e pensamento modernos. Desde Clausewitz e Weber, até Hannah Arendt e Foucault, a relação entre política e violência tem estatuto central na análise da modernidade, até porque o debate sobre a noção de poder as articula. Política e violência são temas que também atravessam as fronteiras disciplinares: as “etnografias políticas” de Erving Goffman servem a estudiosos de todas as ciências sociais, incluindo a “psicologia social”, assim como a “antropologia política” de Eric Wolf pode inspirar tanto cientistas políticos quanto sociólogos, antropólogos e historiadores⁶. Mesmo a etnologia situou política e violência como dimensões fundamentais da constituição do social, por exemplo com Pierre Clastres, em sua crítica à modernidade ocidental a partir do estudo do poder em sociedades indígenas da América do Sul⁷. Contemporaneamente, aliás, análises como as de Mahmood Mandani sobre a África oriental, que incluem uma interpretação decisiva do

⁵ A princípio a partir do estudo dos movimentos sociais urbanos (Feltran, 2005) e as trajetórias de seus militantes (Feltran, 2006). Conforme as pesquisas de campo seguiam, tornou-se possível constatar empírica e analiticamente que boa parte da atuação política dos setores populares, nos últimos anos, passa por iniciativas distintas ou mesmo alheias aos seus atores instituídos, conhecidos como movimentos sociais (que não por isso deixam de seguir ativos e relevantes). A ênfase na etnografia como possibilidade de compreensão e narração destas dimensões da política na periferia procura favorecer uma articulação de suas manifestações políticas em um diagrama (a montar) mais coerente do que as explicações binárias que opõem atores e estruturas, um tipo de ator ao outro, os novos e velhos movimentos, a sociedade civil e a incivil e etc.

⁶ Ver por exemplo Goffman (1988 ou 2003 – originais de 1963 e 1961); ou Wolf (2003).

⁷ Clastres (2003; 2004).

genocídio em Ruanda⁸, ou interpretações como as de Javier Auyero sobre as ações diretas na Argentina recente⁹ demonstram a premência de abordagens interdisciplinares das relações entre política e violência, para uma compreensão mais aguçada dos processos sociais que as contextualizam¹⁰.

Nos estudos específicos sobre as periferias urbanas e os setores populares no Brasil, entretanto, política e violência muitas vezes têm se desencontrado, tanto pelas divisões entre os campos disciplinares das ciências sociais, quanto pelos processos políticos sobre os quais estes campos se firmaram nas últimas décadas. Nos anos 80, boa parte dos analistas da política foi forçada a olhar para as periferias das metrópoles e para a “politização dos cotidianos”, já que a aparição pública dos movimentos populares efetivamente renovava a cena nacional de disputas pelo poder, inclusive pelo poder do Estado. Os discursos destes analistas contribuíram para nomear os atores populares nascentes: surgiam nas periferias novos “sujeitos políticos”¹¹; dos movimentos sociais brotava a promessa de democratização social. Naquele período, a violência não aparecia como categoria central nas análises das periferias, embora tanto a repressão policial ilegal, quanto os grupos de extermínio e o narcotráfico já marcassem presença por ali¹².

Hoje o cenário se inverteu. Duas décadas de democracia institucional se passaram, e é a crueza da violência, tanto policial¹³ quanto ligada ao tráfico de drogas, o que chama a atenção dos analistas (e do senso comum) para as periferias urbanas¹⁴. Os bairros e conjuntos habitacionais populares, mas

⁸ Mamdani (2001).

⁹ Como em Auyero (2001 e 2004).

¹⁰ Neste sentido é possível tomar o misto de indisciplina e lealdade de Mauss em relação às fronteiras disciplinares como uma referência. Iniciando uma conferência à Sociedade de Psicologia, em 1924, o autor diz o seguinte: *Aqui, peça vossa permissão, a mim que, na medida em que ultrapasso os círculos restritos de minha ciência, pretendo ser apenas historiador ou antropólogo e, eventualmente, psicólogo, para dizer precisamente o que se deve entender pelo seguinte: que a sociologia é exclusivamente antropológica.* (Mauss, 2003, p.319). Mais adiante, o autor sintetiza o porquê da assertiva: *é nos confins das ciências, em suas bordas exteriores, tanto quanto em seus princípios, seu núcleo e seu centro, que se fazem os progressos.* (Mauss, 2003, p.319 e 324).

¹¹ Referência fundamental desta literatura é o trabalho de Sader (1988). Para boas revisões e interpretações do debate imenso do período, ver Paoli (1995); Doimo (1995) ou Dagnino (1994; 2000).

¹² Talvez até porque esta violência, sendo considerada subproduto direto da desigualdade, deveria ser suplantada pela democratização da cena política, que se fazia possível pela ascensão dos movimentos sociais desta mesma periferia. Eram os movimentos sociais os atores que carregavam as possibilidades transformadoras rumo a uma democracia mais profunda. Uma exceção importante neste quadro em São Paulo são os trabalhos de Sérgio Adorno e Paulo Sérgio Pinheiro, que se refletem também na produção do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) há bastante tempo (ver por exemplo NEV, 1999). No Rio de Janeiro, onde o tráfico se organizava mais fortemente desde os anos 70, o debate era distinto, e o trabalho de Alba Zaluar também está há décadas atento a estas duas dimensões hoje constitutivas da periferia urbana – a política e a violência.

¹³ Uma compilação de dados recentes das violações de direitos humanos pela polícia brasileira está em Anistia Internacional, 2005.

¹⁴ Para boas caracterizações das dinâmicas violentas na periferia de São Paulo, em trabalhos acadêmicos, é referência há bastante tempo a produção do NEV-USP. Os trabalhos etnográficos de Ferreira (2002; 2003) revelam transformações recentes nas dinâmicas da periferia desde a ruptura dos anos 90. No tema específico das narrativas sobre a vida nas

especialmente as favelas seriam agora o lugar da barbárie, materializada como estatística no descalabro dos índices de assassinatos de adolescentes, como imagem nas narrativas cinematográficas *à la* Cidade de Deus, e como ameaça nos ataques de facções criminosas às forças do Estado. O pavor que a incivilidade dos motoboys desperta nos motoristas paulistanos, a distinção entre “cidadãos de bem” e “bandidos” no debate sobre o desarmamento civil e o medo que a favela produz na classe média são sintomas de um mesmo fenômeno: a clareza, cada vez mais presente no senso comum, de que é preciso isolar-se das “classes perigosas”, demarcando as fronteiras entre elas e o mundo social¹⁵. Neste cenário de guerra entre “cidadãos” e “bandidos”, já não seria possível buscar pela política nas periferias urbanas. A violência seria a explicação primeira (e última) de suas dinâmicas internas, e de suas relações com a sociedade¹⁶.

Procurando escapar da dicotomia, fortemente ideológica, que opõe política e violência como as “chaves da história”¹⁷ para pensar as periferias e os setores populares, este artigo pretende vislumbrar os nexos contemporâneos entre estas categorias, que permitem alargar a discussão (e o questionamento) sobre os direitos e a democracia no Brasil¹⁸.

MARCAS DE VIOLÊNCIA, CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO

As trajetórias de Marcela, Maria e Valquíria são marcadas radicalmente pela violência, e por formas distintas e específicas de violência. A seguir apresento suas histórias, para em seguida analisar esta especificidade.

Marcela

Marcela tinha 29 anos quando conversamos a primeira vez, em 2005. As memórias da infância e da adolescência desta mulher negra, memórias de Salvador, capital da Bahia, são relatadas basicamente em dois registros vinculados: o da ausência materna e o da violência paterna. O

favelas e periferias, com ênfase para a questão da violência e da juventude, há várias publicações recentes e interessantes, não acadêmicas, como Barcellos (2004); Soares, Bill & Atháide (2005), ou a literatura de Ferréz (2000) e Lins (1997).

¹⁵ As origens da ideologia das “classes perigosas” no Brasil, no século 19, estão muito bem demonstradas em Chalhoub (1995), outro autor fundamental na perspectiva de compreensão dos fenômenos políticos a partir de narrativas populares cotidianas.

¹⁶ A presença de facções criminosas em São Paulo e a presença do Primeiro Comando da Capital no controle do tráfico de drogas das periferias da metrópole (com muita força na Zona Leste e Sapopemba), entretanto, têm ainda muito pouco destaque na bibliografia. Uma referência não acadêmica para discutir este fenômeno está em Amorim (2003).

¹⁷ A definição de ideologia em Hannah Arendt, justamente, é a busca por uma única categoria que sirva como explicação da totalidade do funcionamento de uma sociedade: uma única “chave da história”. Ver, por exemplo, (Arendt 2000b, p.201).

¹⁸ Neste sentido, minha intenção aqui é muito semelhante à de Silva (2003).

alcoolismo e o desemprego do pai, que agredia mulher e filhos quase que diariamente, fizeram com que a mãe de Marcela abandonasse sete filhos no nordeste e fugisse sozinha para São Paulo, para recomeçar a vida, em 1987. Retornaria oito anos depois para buscar os meninos, estimulada pelo “câncer de mama” de sua segunda filha (em realidade, Marcela havia inventado que tinha “câncer de mama” em tentativa desesperada de trazer a mãe de volta, e tendo tido sucesso neste propósito, mutilou os próprios seios para comprovar sua doença, quando a mãe chegou).

Dois meses depois, a mãe recuperava todos os filhos e os trazia para longe do pai, numa das favelas de Sapopemba. Chegando aos 17 anos por ali, em 1995, Marcela já não encontrou o mundo do emprego e da ascensão social possível para (alguns) migrantes de outros tempos. As histórias do período de chegada são marcadas pela privação material. Marcela passou também por algumas escolas do bairro, sem completar sequer a primeira série do ensino fundamental, e nos anos seguintes teve dois filhos, aos 21 e 24 anos. Tentou trabalhar duas vezes, em “bicos” conseguidos pelos irmãos, mas os “empregos” não duraram mais que alguns dias.

Quando seu segundo filho nasceu, Marcela já tinha se aproximado do tráfico de drogas da favela, era dependente do “crack” e começou a fazer assaltos a ônibus, em uma avenida próxima da sua casa. Os assaltos a deixaram ainda mais exposta à violência. Foi agredida por policiais e explorada sexualmente por traficantes, para pagar dívidas do vício. Acabou sendo presa em 2003, e estava foragida quando conversamos da primeira vez. Visitei sua família algumas outras vezes, mesmo depois dela já haver sido recapturada. Dependente química, moradora de favela, analfabeta, sem nenhuma formação profissional e foragida, Marcela personificava toda a literatura recente sobre a população “supérflua”, os “inúteis para o mundo”¹⁹; ela era “inempregável”²⁰.

O tráfico de drogas é o trabalho garantido dos inempregáveis, entretanto. No tráfico dentro das favelas (pois evidentemente a maior parte dele está fora delas) crianças, adolescentes e jovens como Marcela podem ganhar dinheiro suficiente para seu consumo, ao se submeterem às regras. Em geral vindos das famílias de menor renda entre os moradores (mas não só delas, como se verá adiante), os

¹⁹ “Inúteis para o mundo” foi o título da resenha de Vera Telles à tradução brasileira do livro de Robert Castel (1998), que reintroduzia o debate sobre as populações “sobrantes” na estrutura social contemporânea. Há uma literatura importante sobre a produção de “excedentes humanos” durante o século XX e a década que corre. Arendt (2000; 1987) analisou a “produção de seres humanos supérfluos” que antecedeu o totalitarismo alemão e possibilitou o holocausto. Os trabalhos de Mahmood Mamdani (por exemplo em Mamdani, 2002) são fundamentais para a compreensão deste fenômeno na África pós-colonial. Agamben (2002) recupera Arendt e o tema da biopolítica em Foucault (presente por exemplo em Foucault, 1999), para pensar os contextos contemporâneos de produção de seres humanos “matáveis”. Embora extremamente distintos entre si, todos estes autores refletem sobre uma mesma questão: as relações entre processos políticos e a produção de violência genocida..

²⁰ Para usar o termo de Castel, no seu trabalho mais conhecido e já citado, que tem como epígrafe uma citação de Hannah Arendt: “*O que temos diante de nós é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, privados da única atividade que lhes resta. É impossível imaginar algo pior.*”

meninos e meninas do tráfico têm quase sempre escolaridade baixíssima, o ingresso na “firma” quase invariavelmente significa evasão escolar²¹. Traficar se torna para eles, assim, a materialização possível da inserção em uma atividade remunerada, marcada por riscos, mas também pela promessa e efetiva possibilidade de consumo imediato²².

A remuneração pelo serviço é variável, mas sempre atrativa, e cresce conforme o nível de vinculação dos indivíduos à estrutura do tráfico. Em Sapopemba o plano de carreira da “firma” é claro e interessa: se os olheiros (em geral crianças pequenas, ou viciados em estágio avançado) varam noites nas vielas para ganhar até cinco reais, ou um “papel”, um menino de 17 anos que tenha alguns subordinados trabalhando para ele na “boca” recebe de duzentos a trezentos reais numa noite. “Às vezes quinhentos”. O acesso às armas de fogo e a restrição das regras internas à “comunidade do crime” facilita a associação das atividades no tráfico a outros tipos de crime, o que amplia ainda mais a renda potencial. O dinheiro obtido é garantia de usufruto imediato dos bens fundamentais à vida “social” do jovem da periferia: tênis sofisticados, telefones celulares de último tipo, roupas de marca e, se possível, motos e carros repletos de acessórios e aparelhagem de som.

Quem ingressa no tráfico passa a dominar, para além dos códigos cotidianos da sociabilidade da periferia, uma série de códigos simples de conduta, mas estritos, alheios ou mesmo opostos àqueles que situam “o favelado” nos degraus (mais baixos) da hierarquia na sociedade oficial. Nestes códigos, por exemplo, “ladroão” tem conotação extremamente positiva. Mas embora seja baseada em outros critérios, também na comunidade do crime a hierarquia é central para a coesão e o ordenamento dos indivíduos²³.

²¹ A vulnerabilidade da população jovem de Sapopemba é das mais altas da cidade: mais de 10% da população total estava contida na faixa etária entre 15 e 19 anos, e a taxa de homicídios entre estes adolescentes, de sexo masculino, era assustadora: 326,40/100mil, mais de dez vezes maior do que a taxa média da cidade de São Paulo, que já figura entre as mais elevadas do mundo. 26% dos adolescentes entre 15 e 17 anos não frequentam a escola, e 40% dos de 18 e 19 anos não concluíram sequer o ensino fundamental. Uma pequena parte destes jovens, no entanto a mais vulnerável entre eles, está inserida subalterna e diretamente nas atividades do narcotráfico da região [Para boas caracterizações do perfil das crianças e jovens que se inserem no tráfico, ver Zaluar (2004); Dowdney (2004, 2005), no Rio de Janeiro e Fefferman (2004), em São Paulo, entre outros].

²² Neste sentido, é muito interessante o contraponto com as análises dos perfis discursivos encontrados na periferia de São Paulo dos anos 80, que produziram literatura ampla, compilada por exemplo em Durham (1986, citado aqui em reedição de 2005). Se nos anos 70 e 80 o sonho da ascensão social unificava os moradores da periferia num universo gravitacional centrado no trabalho, para a geração que cresceu sob sua frustração, os nascidos já nos anos 90, interessa o consumo e o usufruto imediato, em geral desvinculado da noção de trabalho. Entre os meninos e meninas envolvidos no universo do crime esta constatação é radical; um deles me disse há alguns anos: “*Trabalhar para quê? Para ser igual meu pai? Prefiro morrer cedo.*”

²³ A “comunidade” na qual se ingressa, ao adentrar o mundo do tráfico, embora oposta aos códigos do “rapaz trabalhador da favela”, curiosamente também inclui o trabalho, o status e a ascensão social como medidas de hierarquização dos grupos. Um e outro universo (o tráfico e a sociabilidade oficial), por compartilharem-se e negarem-se simultaneamente, convivem lado a lado em todas as favelas em que há tráfico de drogas organizado. A fronteira entre o mundo das relações sociais admitidas e aquelas consideradas ilícitas é tênue – são as instituições religiosas, sobretudo, que traçam o limite aceitável ou não de relação entre as suas “comunidades” e o “tráfico de drogas”, em cada

Quando está “em liberdade”, Marcela circula pelas bocas da favela onde mora, e nelas ocupa o mais baixo degrau hierárquico. Vigiando as vielas em troca de pedras de crack, Marcela seguia a rotina de manter-se acordada por vezes dois ou três dias seguidos, desaparecendo de casa. Quando voltava, a mãe lhe dava remédios “tarja preta” para que dormisse, na tentativa de mantê-la sob sua proteção. Mas depois de algumas horas “apagada”, Marcela comia algo e retornava à “crackolândia” para mais alguns dias²⁴. Foi sua prisão em 2003 que interrompeu um ano e meio nesse ciclo. Outras instituições totais (utilizando o termo de Goffman) já o haviam interrompido antes: Marcela tem algumas internações para tratamento de dependentes químicos, em bairros distantes de Sapopemba, e foi internada em clínicas de saúde mental outras vezes²⁵. Ela foi presa pela primeira vez no final de 2003, logo após assaltar um ônibus na Avenida Sapobemba; quem a deteve foram policiais em folga de serviço, que trabalhavam (ilegalmente) como fiscais da empresa de ônibus. Espancada na delegacia e encaminhada para a detenção, se endividou enormemente; o vício do crack prosseguia, e no presídio “uma pedra do tamanho de um grão de arroz” custa cinco reais. Não quis “virar sapatão” para pagar as dívidas, a família se virava. Um ano e oito meses detida, teve sua primeira “saidinha” concedida, para passar um feriado com a mãe.

Resolveu não voltar à cadeia; a situação em casa não ia bem: dois irmãos presos, um interno na FEBEM, a mãe estava deprimida, sem tomar banho há semanas. Suas duas crianças, 3 e 7 anos, cuidavam mais da avó que ela deles. Marcela sabia que ainda seria condenada por mais duas ocorrências, sempre os assaltos a ônibus. Conseguiu ficar quatro meses foragida, conheceu um rapaz por telefone – ele também estava preso – quis falsificar seus documentos para visitá-lo, mas

localidade. O tráfico, assim, não é o “outro” absoluto da “comunidade” de periferia, nem tampouco a constitui. Adolescentes e jovens das favelas experimentam os dois códigos, e não são raros os casos de entrada e saída do universo do crime, o que também desmistifica os termos do senso comum: “entrou, não sai mais”.

²⁴ A formação de “crackolândias” próximas aos pontos de venda do crack é um fenômeno recorrente, em diversas regiões do Brasil. Viciados em estágio avançado tornam-se inaptos para outras atividades, e sem nenhuma assistência, recorrentemente tornam-se moradores de rua que “trabalham” como olheiros para o tráfico em troca de mais e mais crack. Há ao menos duas dessas “crackolândias” nas entradas das favelas estudadas na região.

²⁵ Este trecho de uma das conversas com a mãe de Marcela resume uma destas passagens, em que ela acaba não ficando internada, e é instrutivo para notar a conexão entre saúde mental, crime e dependência química em trajetórias como a de Marcela: *a psicóloga falou pra mim que eu internasse ela num hospital, que um psiquiatra cuidava dela, que ela ia arrumar uma internação pra Marcela. Daí eu falei pra ela: “o hospital vai mandar ela pra um hospício”. Aí eu consegui a internação pra Marcela. (...) Quando Marcela tava internada já há 3 dias, o médico queria dar alta à Marcela. Bom, se ele der alta pra Marcela, Marcela volta pras drogas. (...) Então eu fui atrás da internação de Marcela, lá em Osasco, só que a clínica[para dependentes] não era boa, não era bem uma clínica, sei lá, nem sei como chamar aquilo lá. (...) Ela dormia num barraco de tábuas. E na propaganda eram casinhas, bonitinhas e tal, mas elas, usuárias, dormiam em barraco. Sabe um galpão grande? Naquele galpão tinha os quartos, divididos, onde dormiam duas, três, que eram usuárias de droga. E aí, na primeira visita que eu fui, eu vi um educador batendo numa usuária; (...) eu vi ele batendo, dois espancando uma usuária porque ela tava errada. Então se ele faz isso com a outra, ia fazer isso com a minha também. E eu trouxe Marcela, pra tentar em casa, foi aí que ela retornou pras drogas. [Mãe de Marcela].* Boa parte dos horrores descritos por Goffman (1961, citado aqui em edição de 2003) permanecem presentes entre este contingente populacional, nas clínicas de internação ou prisões, a despeito dos inúmeros avanços obtidos pela luta antimanicomial e pelos movimentos de direitos humanos no Brasil, durante as últimas décadas.

não pensou em fazê-lo para manter-se fora da cadeia. Foi recapturada no final de 2005 em frente à sua casa, numa ronda de rotina da polícia, alguns dias depois de conversarmos. Seguiu presa em setembro de 2006, quando visitei sua casa da última vez. Ninguém a havia visitado até então, tinham notícias por telefone. A família não sabia dizer ao certo quando ela sairia, a expectativa era para o final do ano.

Maria

Filha de migrantes do Ceará e de Minas Gerais, Maria é a mais velha entre três irmãos. Já nasceu na zona Leste de São Paulo, Vila Prudente, 1964. Cresceu sob a ideologia do milagre econômico, viu seus dois pais trabalharem em empregos estáveis no ABC e seu bairro crescer e se consolidar. A família se mudou para Sapopemba quando ela era criança, um pouco mais para o leste, seguindo o vetor da expansão urbana. Casou-se aos 18 anos, permaneceu no bairro, o marido sempre trabalhando em uma empresa de ônibus urbanos. O emprego permitiu estabilidade à família conforme os filhos nasceram. Jones, Maicon e Miguel já cresceram em Sapopemba. Maria ajudava no orçamento doméstico como manicure esporádica, e cuidava das crianças. *Até 98 eu tinha uma vida tranqüila, era uma dona de casa, cuidava das minhas obrigações, né?*

A tranqüilidade era ilusão. Se o emprego do pai de família garantiria estabilidade e sustento da família, o salário de motorista de ônibus não supria nem de longe a ânsia de consumir de três adolescentes, crescidos na periferia de São Paulo na virada do século²⁶. A narrativa da família trabalhadora não se sustentou, os meninos se viraram de outra forma. Aos 14 anos Jones já era um interno da FEBEM; no ano seguinte estaria acompanhado de Miguel; dois anos depois os três filhos de Maria estariam juntos na instituição, todos privados de liberdade. Os circuitos dos meninos dali por diante já são conhecidos e esperados, de tão repetitivos: a saída da institucionalização para o trabalho no tráfico, a inserção no “mundo do crime”, as idas e vindas do sistema prisional, das clínicas privadas para dependentes, a desagregação da estrutura familiar, a corrupção e a violência policial. Não raro, o desfecho deste circuito é fatal. Jones, o filho mais velho, foi assassinado em 2001 por um policial, aos 17 anos. Miguel, o mais novo, foi morto em 2003 num acerto de contas do tráfico, 17 anos. Maicon sobreviveu, não quis falar comigo sobre sua história, foi preso dias depois, tinha 21 anos em 2006, seguia preso²⁷.

²⁶ A pressão por consumo cresceu assustadoramente nas últimas décadas e os jovens são os principais herdeiros deste crescimento, paroxístico entre os “meninos do crime”. A justificativa para ingresso individual no crime, entre os adolescentes estudados, é quase exclusivamente atribuída ao desejo de consumir tênis, roupas, celulares, motos etc., signos de distinção que lhes confeririam status em seus grupos.

²⁷ Maicon viveu desde os 13 anos de idade alternando períodos curtos em liberdade a períodos maiores de internação na FEBEM e, mais recentemente, no sistema prisional.

A tensão e o sofrimento que precedem e sucedem as mortes dos filhos de Maria fizeram colapsar sua dinâmica familiar. Se um dos fundamentos da família é justamente a circunscrição de um espaço privado de proteção no mundo social, especialmente para as crianças e jovens²⁸, a corrosão deste espaço denota o fracasso familiar. No caso de Maria, o que se viu foi o mundo invadir e esmagar o espaço doméstico; e não só simbolicamente: a polícia cuidou de objetivar esta constatação.

Depois da primeira internação do seu filho mais velho na FEBEM, a casa de Maria passou a ser alvo de inúmeras invasões policiais, sem mandato judicial. Numa delas, o marido de Maria foi espancado a ponto de perder dois dentes. Numa outra, Maria foi comunicada de que um filho estava na delegacia e que poderia ser liberado por R\$1.500,00. Ela teve três horas para levantar o dinheiro, e o marido trabalhou um ano, 12 horas por dia, para pagar as dívidas contraídas com familiares. Em mais uma “operação”, os policiais perguntavam onde estava seu filho mais novo, e Maria respondeu: “no cemitério”. Como ainda hoje ela tem um filho preso, esta nova dinâmica “familiar” continua a ser parte da experiência de vida.

Fica claro que o foco da repressão policial, aqui, não é o ato infracional mas o indivíduo que o pratica (o indivíduo passa a conter o ato ilegal em sua natureza: seu corpo passa a demonstrar o indivíduo ilegal, e é ele quem passa a ser um “fora da lei”, um “bandido”). Absoluto no corpo do praticante, o ato ilícito passa também a comandar o olhar das forças da ordem para os corpos daqueles que lhe são semelhantes. A violência policial é dirigida sistematicamente, a partir daí, a toda a família de Maria porque, a partir do primeiro ato infracional de um dos filhos, todos perdem o estatuto do direito: agora eles são “bandidos”.

Rebaixada do estatuto de “trabalhadora” que tanto prezava, a família de Maria se torna “lugar de bandido”, e portanto pode ser toda violentada²⁹. Destruindo-se a função protetora da esfera privada da família, seus entes são pressionados então a se isolarem uns contra os outros. É na perda dos

²⁸ Ver Arendt (2001b e 2004).

²⁹ Como demonstra Arendt, o estatuto do não-direito é também o da não-humanidade. “A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. (Arendt, 2000, p.329). O problema não é que essa calamidade tenha surgido não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas sim que ela não pudesse ser reparada, porque já não há qualquer lugar “incivilizado” na terra, pois, queiramos ou não, já começamos realmente a viver num Mundo Único. Só com uma humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade.” (Arendt, 2000, p.330). Agamben (2002) recupera a argumentação da autora para pensar alguns contextos contemporâneos.

laços privados, posterior à perda dos laços sociais, que estes indivíduos podem ser mortos sem que nenhuma voz os reclame³⁰.

A resistência de Maria a isso tudo é notável, e será resgatada adiante. Por ora, é preciso dizer que, desde os problemas enfrentados pelos filhos ela passou a freqüentar o CEDECA Sapopemba, organização fundada por Valquíria, e as reuniões da Associação de Mães do Adolescente em Risco (AMAR)³¹. Tornou-se uma militante destas organizações. A militância também virou profissão, e há dois anos Maria atua no programa de medidas sócio-educativas em meio aberto tocado pelo CEDECA³². Por denunciar junto a estas entidades a ilegalidade do sistema FEBEM, Maria passou a conhecer também outras formas de violência: a AMAR vem sendo sistemática e publicamente acusada pelo governo do Estado como responsável por rebeliões nas Unidades de Internação, e as mães pertencentes a estas entidades estão, atualmente, proibidas de visitarem seus filhos internados³³. É esta nova forma de violência que vincula sua trajetória à de Valquíria.

Valquíria

Os pais de Valquíria migraram de Minas Gerais direto para Sapopemba, com seus seis filhos, no início dos anos 70. Uma das filhas do meio, Valquíria teve criação católica e se aproximou das Comunidades Eclesiais de Base logo na adolescência, primeira metade dos anos 80. O contexto efervescente do movimento social popular, a Teologia da Libertação e as opções políticas vinculadas a estes grupos em Sapopemba foram assumidas por Valquíria desde muito cedo: ela se tornou uma militante de destaque desde aquele período: “*eu sou fruto desse movimento*”³⁴.

Aos 18 anos de idade Valquíria, que auxiliava o trabalho das comunidades de base desde os 14, fundou no bairro uma espécie de república para acolher adolescentes e jovens, exploradas nos

³⁰ Foi assim que Jones e Miguel morreram, como tantos outros. Trato deste fenômeno, com detalhe, em Feltran (2004).

³¹ Entidade basicamente constituída por mães de adolescentes internos na FEBEM, a AMAR constituiu-se numa das principais interlocutoras civis quando o assunto é violação de direitos na FEBEM.

³² As medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) são executadas pela FEBEM ou por entidades civis conveniadas com ela já que, 16 anos depois da implementação do ECA, as políticas públicas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei ainda não foram municipalizadas.

³³ O ex-governador de São Paulo e a presidente da FEBEM citaram a AMAR e suas lideranças nominalmente, repetidas vezes, como causadores de rebeliões na FEBEM durante os anos de 2005 e 2006. A entidade passou a ser publicamente hostilizada após estes pronunciamentos, tendência vinha sendo combatida por atos de desagravo do conjunto de entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

³⁴ *Naquela época os espaços que tinha para a população se organizar eram as comunidades eclesiais de base, então era no espaço da igreja, que a gente se reunia pra aprender a ler, pra conseguir asfalto, pra rezar, pra velar algum morto, pra fazer festa, e aí, educada sempre numa relação muito comunitária, não obstante a pobreza material, a gente foi aprendendo com o auge da Teologia da Libertação que precisava viver uma vida cristã encarnada na realidade. E aí muitos dos movimentos sociais da região de Sapopemba, falo desta porque é aqui que a gente está, nasceu mesmo do movimento das comunidades eclesiais de base. E eu também sou fruto desse movimento.* [Valquíria].

circuitos de prostituição infantil do centro da cidade, e que quisessem deixar a profissão³⁵. Valquíria passou também a viver nesta república, onde permaneceu por oito anos: era o paradigma da “opção preferencial pelos pobres” em ação³⁶. A “casa das meninas” gerou polêmica no bairro. Foi combatida pelas senhoras de família e despertou o interesse dos meninos. Confundida com uma das ex-prostitutas da casa, Valquíria foi assediada diversas vezes por um morador do próprio bairro, que terminou por violentá-la em 1990. Na concepção que regia esta ação violenta, se ela fosse de fato uma prostituta (outra “inútil para o mundo”) a ação estaria bem justificada.

A violência sexual marcou este período da sua vida. Dois anos depois, Valquíria denunciou um esquema de aliciamento de crianças e adolescentes (entre 9 e 13 anos de idade) do nordeste do Brasil para a prostituição infantil na Avenida São João, centro de São Paulo, e sofreu nova violência sexual, agora como retaliação de um dos acusados. A gravidade das agressões sofridas foi superada com “muita terapia”, e Valquíria seguiu na militância política. Formou-se em pedagogia e direito, e fundou dois Centros de Defesa de Direitos em Sapopemba, que atuam respectivamente com crianças e jovens (CEDECA) e adultos (CDHS). Esta última entidade concentrou sua atuação, nos últimos anos, às denúncias de chacinas, execuções sumárias e violações de direitos humanos pelas forças policiais em Sapopemba e região.

Durante os anos 80 e começo dos 90 os movimentos de base em Sapopemba utilizaram-se algumas vezes de ações diretas, de enfrentamento, que não raro terminaram com prisões de lideranças. A repressão violenta do Estado é rotina entre estes movimentos, como se sabe. Valquíria foi presa algumas vezes assim: uma vez tentando impedir tratores de desocupar uma favela, outra vez por ocupar um depósito público de mantimentos junto a moradores do bairro, outras tantas vezes em protestos inflamados em audiências e julgamentos públicos³⁷. “Sempre por justiça”, ela me diria.

Entretanto, foi levando adiante as denúncias de violência policial nas favelas de Sapopemba que Valquíria comprou suas maiores brigas. Três casos gravíssimos denunciados, entre 1999 e 2003, três períodos de ameaças de morte intensas (com alguns atentados efetivamente realizados) e três períodos exilada do país. Valquíria foi a primeira defensora de direitos humanos oficialmente

³⁵ [Em] 87 nós montamos a casa para abrigar as meninas, foi uma casa comprada com a ajuda da UNICEF e da Região Episcopal Belém, porque todo mundo sempre usou o slogan meninos de rua, meninos, meninos, mas se a maior parte da população é menina, é mulher, é feminino, onde é que estavam as meninas das famílias, das favelas com as quais a gente já trabalhava? Aí fomos pesquisar, e aí a gente percebeu que na verdade tinha muitas meninas da região na prostituição infantil. Que na verdade eram levadas sobretudo ali pra aquele foco ali da [avenida] São João. [Valquíria].

³⁶ Cunhado em encontros internacionais como os de Medellín e Puebla, que impulsionaram a teologia da libertação na América Latina, mais fortemente desde os anos 70 até o final dos 80.

³⁷ Há alguns meses, por exemplo, Valquíria foi detida por protestar, no tribunal, contra a absolvição do coronel que ordenou o massacre de 111 detentos do Carandiru.

protegida pelo Governo Federal, e seu caso mobilizou atores nacionais e internacionais de direitos humanos. A resistência na militância fez dessa mulher franzina uma referência entre movimentos da área, e seu caso foi acompanhado por organismos como a Anistia Internacional e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, além de inúmeros jornalistas de países diferentes. Ainda sob ameaças, e como estratégia de ampliação de sua legitimidade, diversas organizações civis, frentes parlamentares de direitos humanos e governos, nos níveis municipal, estadual e federal, têm lhe prestado homenagens³⁸. Estas ações tornaram sua trajetória mais conhecida, e contribuíram para que as ameaças diminuíssem nos últimos anos. Até hoje, entretanto, Valquíria segue um protocolo estrito de recomendações de segurança pessoal.

SENTIDOS POLÍTICOS DA VIOLÊNCIA

É bastante claro que toda a violência que marca a vida de Valquíria, exceto quando ela foi “confundida” com uma prostituta, não é a mesma que se dirige a Marcela, ou à família de Maria depois da entrada dos filhos no crime. Estas últimas também sofrem uma violência específica, mas dirigida a muitos, identificados como sendo da mesma “espécie” delas: Maria e Marcela sofrem a violência maciça e deliberadamente dirigida, na cidade de São Paulo, aos corpos daqueles classificados como “bandidos”, os “vagabundos”, os “inúteis para o mundo”. A violência que se dirige a Valquíria, ao contrário, é voltada ao indivíduo com nome e estatuto de locução próprios, ao ator político. As forças que reprimem Valquíria, como em toda repressão política (no sentido mais usual do termo), em última instância procuram negar-lhe não a existência física, mas sua existência política. Ora, o que faz com que a existência política de Valquíria represente perigo e demande repressão? Para abordar inicialmente a questão, importa lembrar que Marcela, Maria e Valquíria ocuparam, na linha do tempo, não apenas lugares sociais distintos, mas distintas relações com o mundo público – as distâncias entre os lugares de locução política em que cada uma se situou ajuda a entender a diferença entre as violências sofridas.

Marcela nasceu e viveu, até aqui, nas margens de desfiliação da sociedade legal. Vivendo “fora da lei”, foi submetida a tamanha violência, praticada por tantos atores sociais, que finalmente lhe foi desbastada a vida propriamente social. Suas relações pessoais são, nos últimos anos, inteiramente estabelecidas entre o espaço privado da família e as franjas de ilegalidade social, e seu corpo foi banido de grande parte dos contatos potenciais com o mundo público, em que devem existir os

³⁸ Entre outras premiações, Valquíria recebeu da Câmara de Vereadores de São Paulo o título de Cidadã Paulistana e ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, em 2003. Em 2005, recebeu o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, oferecido pela Assembléia Legislativa estadual.

direitos, a cidadania, a democracia etc. Marcela testemunha de um lado esta espécie de “privatização” da experiência dos “sem direitos”, que se inicia pela violência doméstica impune, e termina no trânsito entre o crime e as instituições totais, que materializam sua separação do social. Quando Marcela saiu de casa, seus destinos foram as prisões, as clínicas de saúde mental e as de recuperação para dependentes químicos³⁹. Neste circuito perverso, suas relações com o mundo público se limitaram ao seu braço de repressão: as polícias. É claro que a violência social e estatal dirigida contra Marcela não é dirigida contra toda a periferia urbana, como por vezes se poderia pensar. Dentre todos, são os seres considerados “naturalmente fora da lei” os que merecem este tratamento⁴⁰. Trata-se, evidentemente, de uma violência preventiva à entrada deste grupo de indivíduos indesejáveis na sociedade legal. Esta violência delimita, portanto, as fronteiras da sociedade em que podem existir os direitos. Este é a primeira fronteira simbólica que convém demarcar. Morrer do lado de fora desta linha não traria nenhum prejuízo à vida social; aliás, muito pelo contrário: a “sociedade” se livraria assim da ameaça constante trazida pela existência física de seres naturalmente incivis.

Maria viveu até os 34 anos de idade como uma dona de casa de “família trabalhadora”, e portanto não teve que se preocupar nem com a política, nem com a polícia. Imersa na posição social que lhe era destinada, “cumpria suas obrigações”, como ela mesma diz, e tinha seu lugar assegurado na estrutura social. Passou a sofrer violência física e teve sua casa devassada (tanto pelo crime quanto pela polícia) quando seus filhos ingressaram no tráfico, e sua família perdeu o status de “trabalhadora”. O estigma social, a repressão e a corrupção policial se tornariam mais intensos em sua vida conforme seus filhos se negavam (ou não conseguiam) optar pela vida de “trabalhadores”. Se não há mais postos de trabalho para todos os meninos da periferia, não há mais lugar para eles. Resta confiná-los em espaços de internação ou eliminá-los. Os três filhos de Maria encontraram a internação; dois deles foram assassinados. É a distinção entre “trabalhador” e “bandido” que rege a

³⁹ Quanto a isso, é muito interessante (e impressionante) o relato de um adolescente de Sapopemba recém saído de um ano de internação na FEBEM, quando conversei com ele. A medida de privação de liberdade que lhe havia sido imposta, embora amarga, era lida por ele como uma experiência de ampliação de horizontes. Internado na FEBEM, ele havia conhecido adolescentes e jovens de muitas outras regiões de São Paulo, quem ele jamais conheceria restrito ao ambiente do crime local, e tomado contato com um universo extremamente regrado e organizado do crime organizado nas Unidades de Internação, cujos códigos ele até então desconhecia. Se ser privado da liberdade pode ser lido como ampliação de horizontes, imagina-se em que grau de restrição de liberdade vive-se, integrado subalternamente ao tráfico de drogas nas favelas.

⁴⁰ É por isso que esta violência atinge especialmente as favelas, e não toda a periferia. Ali, cria-se uma territorialidade plenamente “fora da lei”: desde a moradia construída de modo “irregular”, passando pelas ligações clandestinas de água e luz, pela precariedade dos trabalhos executados e pela presença quase certa do crime organizado, a favela “representa” o lugar dos “sem direito”. Também por isso, os favelados são público certo da FEBEM, do sistema prisional, das clínicas privadas para dependentes químicos ou daquelas voltadas para os considerados mentalmente incapazes – instituições e territórios que, juntos, fazem parte de um mesmo circuito social.

existência recente da família de Maria no mundo social. Esta distinção talvez seja uma das poucas classificações do mundo compartilhadas da favela às elites. Quando morre um “trabalhador” (portanto um indivíduo vinculado de algum modo à sociedade, ainda que seja um morador de favela) há comoção e protestos. Se o mundo é o espaço *entre* as pessoas, uma perda humana representa tanto mais perda para o mundo quanto maiores seus vínculos com ele⁴¹. Quando morre um “bandido” faz-se silêncio, pois também aqui não há perda para a sociedade.

Valquíria sempre esteve vinculada ao mundo social tanto pela religião, quanto pelo trabalho e pela atuação política. A família conseguiu garantir o estudo fundamental aos filhos, e estimulada pelo meio religioso Valquíria seguiu os estudos e se tornou professora, depois advogada. A violência a atinge na medida em que seu percurso acessa espaços de aparição política (graças ao papel político que desempenharam as comunidades de base católicas e outros movimentos sociais durante sua formação⁴²). Valquíria é atingida, então, pela violência especificamente voltada àquele que *representa no mundo público* não apenas a si mesma, mas também aqueles que, como Marcela e Maria, não obtiveram o direito ao estatuto de locução pública que lhes permitiria uma existência política.

A questão toda reside aí. Se a violência social e oficial, ambas deliberadas e dirigidas contra grupos de indivíduos como Marcela e Maria, funciona justamente para isolá-los do mundo social e político, qualquer que os tente representar dentro deste mundo deve ser também reprimido. As vozes representativas dos setores sociais que se tenta silenciar à força são, invariavelmente, reconhecidas como uma ameaça⁴³. Obtido este estatuto, caso Valquíria fosse efetivamente assassinada, ela que foi tão ameaçada, não deveria haver silêncio possível em torno de seu corpo. Vinculada a grupos religiosos militantes, a diversos atores políticos e grupos sociais do bairro, sua ausência representaria uma perda para todos eles. A violência endereçada a Valquíria, como a que se lança

⁴¹ Hannah Arendt se refere inicialmente àquelas “*distâncias entre os homens que, juntas, compreendem o mundo*” em Arendt, (1987, p.36), e vai teorizar sobre os impactos do rompimento destas distâncias, nas diversas situações de laços sociais estabelecidos, nas conclusões de Arendt (2000).

⁴²Tomando como base a definição de movimentos sociais que os considera como ações coletivas que carregam demonstrativos da divisão da sociedade para a luz da cena pública, e portanto se figuram nela como sujeitos políticos. Trabalhei estas questões, especificamente, em Feltran (2005).

⁴³ *O que se passa, com efeito, quando as forças da ordem são enviadas para reprimir uma manifestação política? O que se passa é uma contestação das propriedades e do uso de um lugar: uma contestação daquilo que é uma rua. Do ponto de vista da polícia, uma rua é um espaço de circulação. A manifestação, por sua vez, a transforma em espaço público, em espaço onde se tratam os assuntos da comunidade. Do ponto de vista dos que enviam as forças da ordem, o espaço onde se tratam os assuntos da comunidade situa-se alhures: nos prédios públicos previstos para esse uso, com as pessoas destinadas a essa função. Assim, o dissenso, antes de ser a oposição entre um governo e pessoas que o contestam, é um conflito sobre a própria configuração do sensível. Os manifestantes põem na rua um espetáculo e um assunto que não têm aí seu lugar. E, aos curiosos que vêem esse espetáculo, a polícia diz: “vamos circular, não há nada para ver”. (...) Antes de ser um conflito de classes ou partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos.* Rancière (1996b, p.373).

contra qualquer sujeito político, tem como mote não sua eliminação física, mas a eliminação de seu lugar público, do espaço onde sua voz circula.

Fica suficientemente claro, então, que a distribuição das modalidades distintas de violência que regem as experiências de Marcela, Maria e Valquíria se encontram apenas no nível maior de abstração, ou seja, na sua vinculação com os regimes de distribuição dos lugares sociais e de locução política. Repressão em massa para todos aqueles entes perigosos que não se enquadram na sociedade do trabalho, seguida de repressão no varejo para quem os queira representar politicamente. As formas distintas de violência sofridas por estas três mulheres, na linha do tempo, demonstram com nitidez como a disposição das forças de repressão (do Estado e da sociedade, em conjunto) reforçam a manutenção da dinâmica da distribuição dos lugares sociais e políticos da sociedade hierárquica, que criam uma fronteira nítida entre os “cidadãos”, potenciais portadores de direitos, e os “bandidos” ou “inúteis para o mundo”, a serem privados deles.

DIVISÃO

A expressão “violência política” indica comumente um tipo de ação violenta dirigida, em última instância por um Estado autoritário, àqueles indivíduos que portam conjuntos coerentes de valores, crenças ou projetos políticos contrários ao programa político oficial. A violência política, sempre especificamente dirigida às palavras políticas e não somente aos corpos dos indivíduos, seria então um indicador de sociedades marcadas pela divisão entre os grupos portadores de direitos e os que são (ou deveriam ser, ou serão) banidos do estatuto do direito. Voltada para desbastar a existência política de quem a sofre, esta modalidade violenta existe para não permitir a aparição política de sujeitos específicos, para mantê-los fora da arena pública. A “violência política” seria sempre manifestação, portanto, das tentativas oficiais de impedir a representação do todo social no espaço político; uma ação deliberadamente contrária ao estabelecimento de um universo público efetivamente *representativo* da pluralidade social. Até porque onde há “violência política”, o que estaria em jogo não seria mais o debate entre sujeitos constituídos, mas a própria possibilidade de constituição dos sujeitos aptos a fazerem política⁴⁴.

⁴⁴ Rancière elabora sua noção de dissenso a partir desta constatação: É isso o que chamo de dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação. Mas essas discussões e argumentações são de um tipo particular. Não podem ser a confrontação de parceiros já constituídos sobre a aplicação de uma regra geral a um caso particular. Com efeito, devem primeiro constituir o mundo no qual elas são argumentações.

Se o sujeito que traria pluralidade à cena política não aparece, silenciado pela violência, aqueles que já estão constituídos publicamente tendem a desconsiderar sua existência: ele é politicamente irrelevante. Por isso, é próprio das camadas politicamente ativas, em sociedades divididas (e violentas), olharem para si mesmas como se representassem o todo social. A parte é entendida como o todo, e como é esta parte que pauta as decisões relativas à estrutura social, a divisão entre sujeitos representados e não representados se torna um pressuposto da ação pública. A clivagem social e política entre os indivíduos considerados sujeitos de direitos e aqueles banidos deste estatuto, mesmo dentro de uma norma legal igualitária, é exemplar deste fenômeno: já que existem instituições e sujeitos efetivamente atuando no registro do Estado de direito⁴⁵, supõe-se que o direito é a medida universal e normativa de acesso à sociedade e à política, e a existência de massas alheias ao direito, que se avulta, seria uma espécie de desvio, imperfeição ou incompletude da norma democrática.

O que se está propondo aqui, com base na constatação empírica desta clivagem, é uma outra forma de compreender o direito, a cidadania e a democracia, na qual se consideraria a violência – junto a outras medidas de sociabilidade, entre as quais a moral, a religião e, por que não, o direito – como um dos pilares fundamentais de subjetivação política entre parcelas inteiras da população brasileira. Neste diagrama, a violência que marca as histórias e os corpos de Marcela, Maria e Valquíria seriam explicadas não como desvios do período de construção democrática, mas como o fundamento mesmo da construção de modelo recente de ação política oficial, centrado na construção de uma fronteira entre os que podem usufruir do direito e aqueles outros todos que ameaçam a boa ordem republicana, e que portanto devem ser reprimidos.

A finalidade última de manutenção desta fronteira é o que articularia as histórias de Marcela, Maria e Valquíria. Quando a militante de direitos humanos atravessa esta fronteira do não direito e conquista espaços de locução política, denunciando caso a caso a violência policial cotidiana e absurda nas favelas de Sapopemba, onde Marcela é agredida e os filhos de Maria são mortos, sua fala os *representa*. Mais do que os casos específicos, portanto, o que as denúncias de Valquíria iluminam é a tentativa, por meio da violência, de circunscrição social de uma esfera de existência não-política, em pleno regime político democrático, na qual se pretende confinar toda uma parcela da população. A reação violenta às denúncias desta ação ativa é o que atesta sua existência, e o

⁴⁵ Efetivamente, há que se reconhecer o avanço fundamental do estabelecimento de uma institucionalidade poliárquica há duas décadas no país, acrescida de um sistema amplo de canais de participação de setores sociais na gestão governamental, a partir de 1988, que é referência na América Latina. Evidentemente, as contradições sociais marcadas aqui também atravessam estes sistemas, mas sua existência possui graus de positividade inegáveis.

caráter privado desta reação indica que os atores sociais responsáveis por ela temem identificar-se publicamente, justamente, porque se reconhecem como agentes ilegais da ordem⁴⁶.

O abismo que divide a sociedade brasileira contemporânea pode ser visto, então, também politicamente: como a família de Maria, milhões de brasileiros estariam sob o risco de serem privados do estatuto de cidadão (mesmo que ele permaneça existindo legalmente, o que não é banal), e centenas de milhares de brasileiros, como Marcela, de fato nunca o teriam obtido. A sistemática da violência dirigida contra estes setores, em última análise, seria parte constitutiva da ideologia que faz crer na unidade da nação e universalidade da democracia brasileira (esta ideologia seria, em última instância, mantida por esta violência)⁴⁷. Um pressuposto mais adequado para pensar a democracia brasileira seria, então, o da coexistência entre um Estado de direito, oficial, que protege cidadãos no interior desta fronteira, e de um Estado policial, ilegal, que atua estrutural e capilarmente para manter uma série extensa de grupos sociais apartados de fato da cidadania. Este Estado bifurcado entre legalidade democrática e ilegalidade policial seria, também ele, manifestação e causa desta divisão⁴⁸. Da mesma forma como a violência que se produz crescentemente na sociedade brasileira seria, simultaneamente, manifestação e construção ativa de sua distensão interna. As modalidades violentas que compõem as histórias de Marcela, Maria e Valquíria, então, teriam em comum sua contribuição, em nível mais amplo, para a restrição da pluralidade da cena pública⁴⁹.

Resistência à divisão: política e violência

A violência sofrida por Valquíria, traduzida em termos de luta política, contribuiu para que ela ganhasse notoriedade na área dos direitos humanos e se transformasse (junto às organizações em que atua) numa interlocutora relevante para o debate brasileiro sobre o tema⁵⁰. Maria hoje é politicamente muito mais ativa do que antes da morte de seus filhos. Marcela também resiste à

⁴⁶ Poderia se dizer que a repressão sofrida por Valquíria foi retaliação privada dos policiais denunciados; mas a reação violenta contra ela foi organizada e corporativa, denotando claramente suas motivações (anti)políticas.

⁴⁷ Politicamente, portanto, a divisão entre “violência comum” (criminalidade violenta, crime organizado, narcotráfico etc.) e “violência política”, em sociedades como a brasileira, é dissolvida pelo caráter classista que as atravessa.

⁴⁸ Utilizo aqui uma noção de Estado a mais ampla possível, considerando-o para além de seus três poderes ou instituições. O Estado de direito e o Estado policial seriam, mais do que isso, projetos políticos que atravessam a fronteira Sociedade Estado, e produzem tensões importantes dentro da própria institucionalidade, que interage dinamicamente com os processos sociais, culturais etc.

⁴⁹ Se a violência é toda voltada para limitar o espaço público, e impedir sua pluralidade, compreende-se porque para autores como Hannah Arendt e Jacques Rancière sua essência é inteiramente anti-política. .E porque o próprio termo “violência política” seria, para eles, um contra-senso. Para uma conceituação da política (e sua oposição à violência) nos autores, ver Arendt (2001) e Rancière (1996).

⁵⁰ E evidentemente este debate não se faz entre sujeitos privados, mas conta com uma série de organizações civis, que atuam nas interfaces público-privadas, inclusive estatais, que propiciam a resistência individual ou de pequenos grupos.

violência que lhe é imposta, de forma diferente: tendo sido mantida presa nos últimos anos, Marcela permaneceu isolada do mundo político e mesmo das esferas sociais de convivência, e passou a se organizar junto aos seus pares. Se Valquíria e Maria resistem às violências sofridas pela atuação política, Marcela mantém-se viva (e ainda tem seus direitos reivindicados publicamente) através da inserção de quatro dos seus sete irmãos nas facções criminosas que controlam o tráfico de drogas da região de Sapopemba, entre elas o Primeiro Comando da Capital.

O ingresso nestas facções, para Marcela e seus irmãos, é parte de uma estratégia de proteção e garantia de sobrevivência, desde que sigam o código prescrito. Não há outro código social (como o dos direitos legais, por exemplo) que lhes esteja acessível e permita tal proteção. A família toda de Marcela foi forçada a se organizar (agora fortemente) para resistir à violência sofrida, e encontrou nas organizações vinculadas ao crime uma forma de fazê-lo. Nesse sentido, chega-se à constatação impressionante de que, no caso de famílias como as de Marcela, o que se esfumaça são as fronteiras entre o crime comum e a possibilidade de demonstração pública da existência de uma parcela da população. A ofensiva recente do crime organizado em São Paulo é demonstração disso⁵¹.

De um lado, portanto, Valquíria atua utilizando mecanismos jurídicos oficiais, previstos nas dimensões mais democráticas do Estado de direito realmente existente, e isso fortalece tanto a defesa efetiva de direitos quanto a democratização institucional. Se não há segregação legal que acompanhe a divisão social, há uma brecha para que todos os indivíduos possam solicitar legalmente o exercício de seus direitos. Isto explicita numa arena jurídica (portanto formalmente pública) a contradição entre o cidadão formal e o não-cidadão social, e é este o mote da atuação política das entidades políticas como as que Valquíria e Maria trabalham. Foi para explicitar esta mesma contradição, por exemplo, que Valquíria solicitou que o próprio Estado brasileiro a protegesse, quando sofreu sua última onda de ameaças de morte. Depois de ter sido duas vezes exilada com ajuda de suas redes privadas de relação (Igreja, familiares e amigos), em 2003

⁵¹ Entre maio e julho de 2006 houve duas grandes demonstrações de força do PCC em todo o estado de São Paulo. Mais de duas centenas de atentados simultâneos a postos policiais, mais de 300 ônibus incendiados, mais de 80 rebeliões simultâneas em presídios e unidades de internação na FEBEM, em mais de 40 municípios do Estado. Na capital e interior os ataques foram disseminados, porém mais fortes na Zona Leste e Sul, e o número de mortos oficialmente ultrapassou os 300. Não foram computados neste número as chacinas cometidas por policiais em folga de serviço e grupos de extermínio, em represália aos ataques. A pesquisa realizada em Sapopemba demonstra o crescimento do PCC na zona leste desde finais dos anos 90, mas especialmente desde 2001. Lá a facção tem hegemonia sobre o tráfico de drogas há quatro anos, e a pesquisa já demonstrava que tanto as polícias quanto os diretores de presídios têm, há anos, de considerar o PCC como um interlocutor para tomada de decisões. Durante a crise atual, as autoridades do executivo também tiveram de negociar com o grupo. Talvez estejamos diante de uma nova forma de fazer política, ainda mais predatória ao espaço público democrático.

Valquíria foi protegida pela Polícia Federal⁵². O próprio Estado que a ameaçava ilegalmente a protegia legalmente.

De outro lado, os indivíduos como Marcela, confinados em cadeias, unidades de internação e favelas, habitantes há muito do mundo do crime, cujos códigos são alheios à sociabilidade oficial, se organizam de modo estritamente privado, e então a ruptura para demonstração de suas demandas é sempre violenta. A novidade é que o tráfico de drogas e de armas, combinado às outras formas de crime, geram hoje renda suficiente para bancar a possibilidade de ações violentas com forte grau de publicidade. Se não há canais públicos para que esta população seja representada politicamente, sua aparição só tem sido possível pela violência. Evidentemente, o cenário público que se arma nesta situação não é o da esfera pública democrática.

O paradoxo está posto, portanto: quando me encontrei com Marcela em 2005, dei-me conta que nós temos praticamente a mesma idade, vivemos grande parte de nossas vidas na mesma cidade, e no entanto nunca fomos concidadãos. Há uma fronteira que nos separa frente ao usufruto do direito, e que é insustentável numa sociedade em que existe igualdade formal. Sempre que esta divisão encontra um espaço público para se explicitar, abrem-se canais de negociação dos mundos e há potencial para soluções políticas – tem sido assim com Valquíria e Maria, ainda que a duras penas; sempre que esta divisão encontra canais estritamente privados de resolução, o que tem sido mais freqüente, sua manifestação é a violência – tem sido assim com Marcela, e com seus pares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AMORIM, Carlos. *CV-PCC: a irmandade do crime*. Editora Record: São Paulo, 2003.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Eles entram atirando: policiamento de comunidades socialmente excluídas no Brasil*. Relatório 19/025/2005, Londres: Anistia Internacional, 2005.

ARENDT, Hannah. Reflexões sobre Little Rock in: *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

⁵² Valquíria foi a primeira pessoa contemplada pelo programa de proteção às testemunhas e ameaçados de morte vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal. O programa tem uma série de deficiências, e o caso de Valquíria as demonstra bem, o que não é possível aclarar aqui. Entretanto, o exemplo serve para notar a complexidade e heterogeneidade constitutivas, inclusive, do Estado brasileiro contemporâneo. Se por um lado há uma política deliberada de criminalização da pobreza e repressão difusa às periferias, como demonstrado, de outro há “enclaves” de Estado de Direito que, aí sim, trabalham numa perspectiva de cidadania universal. Não há segregação legal, o que reconfigura todo o quadro de análise da segregação realmente existente. Para uma discussão relevante a esse respeito, ler Arendt (2003).

- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- _____. A crise na Educação. *In: Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001b.
- _____. O declínio do Estado-nação e o fim dos Direitos do Homem. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. O pensamento racial antes do racismo. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.
- _____. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- AUYERO, Javier. *Vidas beligerantes: dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda por reconocimiento*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2004.
- _____. *La política de los pobres: las prácticas clientelistas del peronismo*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. Editora Record: 11.ed., 2004.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.
- _____. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.
- DAGNINO, Evelina. *Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania* in: DAGNINO, Evelina (org.) *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Cultura, Cidadania e Democracia, in: ALVAREZ, Sônia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1995.
- DOWDNEY, Luke. *Neither war nor peace: international comparisons of children and youth in organized armed violence*. ISER/Viva Rio: Rio de Janeiro, 2005.
- _____. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. 7 Letras: Rio de Janeiro, 2004.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia in: *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac&Naify, 2005.

FEFFERMAN, Marisa. *Vidas arriscadas: um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de drogas em São Paulo*. Tese de doutorado em Psicologia Social defendida junto à Universidade de São Paulo, 2004.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Deslocamentos: trajetórias individuais entre sociedade civil e Estado no Brasil* in: DAGNINO, E; OLVERA, A. & PANFICHI, A (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

_____. *Isolamento, solidão e superfluidade: sobre abismos cotidianos*. in: KOFES, Suely (org.). *Histórias de vida, biografias e trajetórias*. Cadernos IFCH, n.31. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. *A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade*. *Novos Estudos CEBRAP* No. 63, pp 167- 177, julho 2002.

_____. *Trajetoárias urbanas de moradores de uma favela de uma distrito de elite da capital paulista*. Tese de doutorado em Sociologia defendida junto à Universidade de São Paulo, 2003.

FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GOFFMAN. Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade adulterada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MAMDANI, Mahmood. *When victims become killers: colonialism, nativism and the genocide in Ruanda*. Princeton University Press, 2001.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA. *Continuidade autoritária e construção da democracia*. Relatório Final FAPESP, 1999.

PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político* in: HELLMANN, Michaela (org.) *Movimentos sociais e democracia no Brasil*, São Paulo: Marco Zero/Ildesfes. 1995.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34. 1996.

_____. *O dissenso*. In: NOVAES, Adauto (org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Marcelo Kunrath. *Criminalidade, violência e movimentos sociais: novos obstáculos à organização popular*. Comunicação apresentada no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, Florianópolis, 2003.

SOARES, L.E.; BILL, MV. & ATHAÍDE, C. *Cabeça de Porco*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

WOLF, Eric R. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Organização e seleção Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Fundação Getúlio Vargas Editora: Rio de Janeiro, 1^a ed., 2004.